

UBATUBA

diagnóstico



**LITORAL
SUSTENTÁVEL**
DESENVOLVIMENTO
COM INCLUSÃO SOCIAL



FORTE LANDSAT E GOOGLE EARTH
CRÉDITO MARCEL FANTY/LITORAL SUSTENTÁVEL



**DIAGNÓSTICO URBANO SOCIOAMBIENTAL
E PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM MUNICÍPIOS DA
BAIXADA SANTISTA E LITORAL NORTE
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Boletim nº 1 UBATUBA

- Diagnóstico de Ubatuba
- Leitura Comunitária
- Economia
- População e Ocupação do Território
- Infraestrutura e Serviços
- Legislação e Gestão

**2
3
4
5
7
8**

Este Boletim integra o projeto Litoral Sustentável - julho/agosto de 2012

REALIZAÇÃO



CONVÊNIO



DIAGNÓSTICO DE UBATUBA

Nas páginas deste boletim você vai encontrar uma síntese do Diagnóstico Urbano Socioambiental Participativo de Ubatuba, iniciativa integrada ao projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social, que vem sendo realizado pelo Instituto Pólis, com apoio da Petrobras.

LEITURA COMUNITÁRIA E TÉCNICA

Este diagnóstico combina uma leitura comunitária e uma leitura técnica da realidade do município. Na leitura comunitária procuramos perceber a avaliação dos moradores sobre os processos de transformação em curso no litoral, suas perspectivas quanto ao desenvolvimento do município e expectativas quanto ao futuro. Para isso, realizamos uma pesquisa qualitativa para o levantamento da opinião de moradores, fizemos o mapeamento das organizações sociais existentes, entrevistamos lideranças de diferentes setores e promovemos uma oficina de debates.

A leitura técnica envolveu o estudo da economia do município, suas fragilidades e potencialidades, a análise urbanística e jurídica do processo de ocupação do território e de suas contradições, com destaque para temas como as condições de moradia, o acesso a infraestrutura urbana, as condições de mobilidade local e regional; as questões relativas às áreas ambientais protegidas e às possibilidades de crescimento e adensamento urbano, e o impacto dos grandes projetos em curso no litoral

Os próximos passos

Esses são os resultados que apresentamos à comunidade. Depois desse debate e de eventuais complementos e correções, o diagnóstico será publicado no site Litoral Sustentável. A partir daí aprofundaremos a discussão de pontos específicos, visando à construção de um programa de desenvolvimento sustentável para o município e para a região.

SOLUÇÕES LOCAIS E REGIONAIS

Os diagnósticos sobre a realidade de cada município demonstram que muitas questões enfrentadas localmente têm sua origem – e podem ter suas soluções – em âmbito regional, como as deficiências na mobilidade, de segurança pública, na oferta de formação especializada para os trabalhadores, entre outras.

A análise e o debate desses problemas em cada município servirão de subsídios a próxima etapa do projeto, que é a de construção coletiva de um programa de desenvolvimento sustentável com propostas para o município e para a região.

Neste processo, entendemos que a participação da sociedade e a articulação das políticas públicas municipais, estaduais e federais, além dos investimentos já previstos, serão fundamentais para alcançar soluções abrangentes para região e promover o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

Agenda do processo participativo

- Seminário Estadual para apresentação do Diagnóstico Regional – 2º semestre 2012
- Seminários temáticos com poder público, sociedade civil e especialistas, dezembro de 2012
- Consultas Públicas por município com poder público, sociedade civil, 2013
- Audiências Públicas municipais para debater versão preliminar do Programa de Desenvolvimento Sustentável Local com o poder público, a sociedade civil, 2013
- Conferência Regional para apresentar e debater versão preliminar do programa e pactuar as propostas da versão final, com a participação dos diferentes níveis de governo e organizações da sociedade atuantes, 2013

Saiba mais sobre o projeto *Litoral Sustentável*, sua metodologia e equipe técnica no site www.litoralsustentavel.org.br

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

A comunidade discute a importância de se construir um plano de desenvolvimento que apresente alternativas para o turismo sustentável e alternativas econômicas inclusivas para as comunidades tradicionais

Na visão da maioria dos entrevistados da comunidade para este estudo, o município de Ubatuba cresceu ao longo dos últimos anos sem um projeto de desenvolvimento e de planejamento urbano. Isso se traduziria na “falta de rumo” e “competitividade” em relação às outras cidades do Litoral Norte, principalmente Caraguatatuba e São Sebastião.

As políticas públicas, em sua maioria, são apontadas como insuficientes, apesar de serem reconhecidos avanços nos últimos anos. Saúde, educação e transporte público aparecem de forma recorrente como políticas que precisam ser melhoradas, especialmente para as comunidades periféricas e mais distantes. Na infraestrutura urbana, o saneamento básico e o tratamento e a destinação do lixo aparecem como grandes gargalos, avaliados como precários e onerosos. Aos olhos dos entrevistados, a Petrobras pode ser um agente promotor do desenvolvimento local, mas suas atividades comportam riscos ambientais e pode afetar a atividade dos pescadores artesanais.



Arquivo Pólis

Turismo aquém do seu potencial

A vocação turística é apontada como a característica mais importante do município. No entanto, esse potencial turístico seria mal aproveitado pela ausência de uma política municipal que divulgue e potencialize suas belezas naturais e riqueza cultural, principalmente a presença de suas comunidades tradicionais. A cidade não estaria estruturada para atrair e receber os turistas, ficando dependente do veranismo, movimento restrito à temporada que oferece à população apenas empregos temporários. É unânime entre os entrevistados a percepção de que o desenvolvimento de Ubatuba está muito aquém das suas potencialidades.

A preservação ambiental é uma preocupação, dada a riqueza do município em florestas, parques e áreas preservadas.

Participação e comunidades tradicionais

A gestão participativa no município de Ubatuba se concentra nos Conselhos Municipais de Políticas Públicas. Contudo, os canais efetivos de comunicação entre os conselhos e a sociedade civil são considerados insuficientes e não chegam a estimular a mobilização e a participação mais ampla nos mecanismos de controle da gestão pública. Ao lado de uma sociedade civil dispersa, com baixo nível de autonomia e de participação, coexistem organizações autônomas, críticas e participativas, como as comunidades de caiçaras e pescadores, quilombolas, indígenas que lutam pela preservação de suas culturas, direitos e modo de vida. Na agenda destas organizações estão o desenvolvimento sustentável através do apoio à pesca artesanal, ao turismo ecológico e cultural, à exploração equilibrada e o uso sustentável dos parques e unidades de preservação ambiental da Serra do Mar que abrigam estas comunidades.

POTENCIALIDADES NA RIQUEZA CULTURAL E AMBIENTAL

Modelo de desenvolvimento sustentável para o município exige superar a economia baseada principalmente no veraneio e apostar em um turismo cultural e ecológico

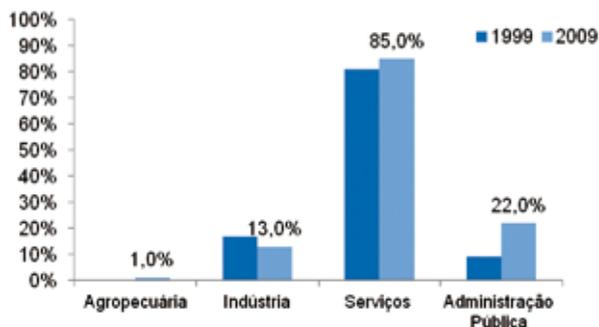
Aproveitar as potencialidades do município para alavancar o desenvolvimento econômico supõe uma evolução do atual modelo de economia urbana, baseada fortemente no veraneio, para um projeto de turismo sustentável. Tal projeto requer garantir infraestrutura de recepção aos turistas e de turismo ecológico e cultural, com a inclusão das comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras e o apoio à pesca artesanal. Supõe, também, o fortalecimento da cadeia de agricultura familiar com manejo sustentável nas comunidades estabelecidas em áreas de parque, incluindo a suspensão da proibição do plantio roças na área dos quilombos.

PIB dobrou em uma década

A riqueza do município, indicada por seu Produto Interno Bruto do município (PIB), foi avaliada em R\$ 843,7 milhões, pelo IBGE, em 2009, mais do que o dobro registrado no ano 2000, de R\$ 362,9 milhões. No entanto, o PIB per capita, que é a divisão da riqueza por todos moradores, é de R\$ 10,4 mil, bem abaixo da média estadual (R\$ 26,2 mil) e da nacional (R\$ 15,9 mil).

O setor de serviços, que engloba o comércio e as atividades de turismo, é o que mais gera riquezas no município, com 85% do PIB total. Depois vem o setor industrial, basicamente construção civil, com 13%, e pela administração pública, como 2,2%.

PARTICIPAÇÃO DOS SETORES



FONTE: FUNDAÇÃO SEADE - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO VALOR ADICIONADO DO MUNICÍPIO

Mercado de trabalho: grande informalidade

Ubatuba tem 67 mil pessoas em idade de trabalhar, de 15 a 65 anos, (População em Idade Ativa PIA), 85% de seus moradores. Sua População Economicamente Ativa (PEA), aqueles que estão trabalhando ou procurando emprego, é de 42.211 pessoas. Desse total 7,21% não acham emprego (taxa de desocupação). Entre os empregados, quase a metade, ou 49,89%, trabalha fora das regras da CLT (taxa de informalidade) percentagem muito superior às registradas na Baixada Santista, no Estado de São Paulo e no Brasil.

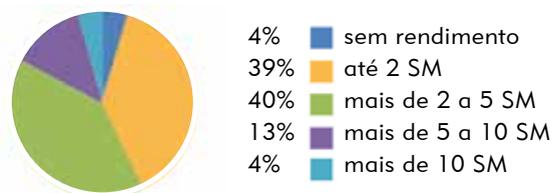
Total	78.801
PIA	67.007
PEA	42.211
Tx. desocupação	7,2%
Tx. informalidade	50%

FONTE: IBGE 2010

Linha da pobreza

Em Ubatuba, 21 mil pessoas ganham menos de meio salário mínimo (linha de pobreza): 17% da população têm renda familiar média entre meio salário mínimo e um quarto de salário e 9,6% vivem com até um quarto de salário mínimo (linha de indigência); 43% da população recebe até 2 salários mínimos.

RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR EM UBATUBA



LÓGICA IMOBILIÁRIA E GEOGRAFIA INFLUENCIAM OCUPAÇÃO URBANA

Com grande extensão territorial, a fragmentação natural de Ubatuba foi acentuada pela dinâmica da especulação imobiliária para atender o mercado de segundas residências

A população residente de Ubatuba passou de 47 mil pessoas em 1991, para 67 mil no ano 2000 e para 79 mil em 2010, com uma taxa de crescimento anual de 1,72% na última década. A previsão é de que chegue a 85 mil pessoas em 2015 e a 92 mil em 2020. A população flutuante, que mantém casas e frequenta sazonalmente o município, foi calculada em 117 mil em 2010, com a previsão de chegar a 135 mil em 2020.

Os domicílios atualmente se distribuem ao longo da extensa e relativamente estreita faixa litorânea (83 km), que acompanha o maciço da Serra do Mar. A área urbanizada atual é de apenas 3,5% do território e o espaço para crescer é restrito, pois é preciso descontar as unidades de conservação, as áreas de preservação permanente de altas declividades, as que ficam junto aos cursos d'água, a faixa de preamar. Deve-se considerar, também a existência de coberturas vegetais, riscos de inundações e fragilidade dos solos.

Evolução da mancha urbana

1979/1980

1991/1992

2000

2011



Domicílios de uso ocasional

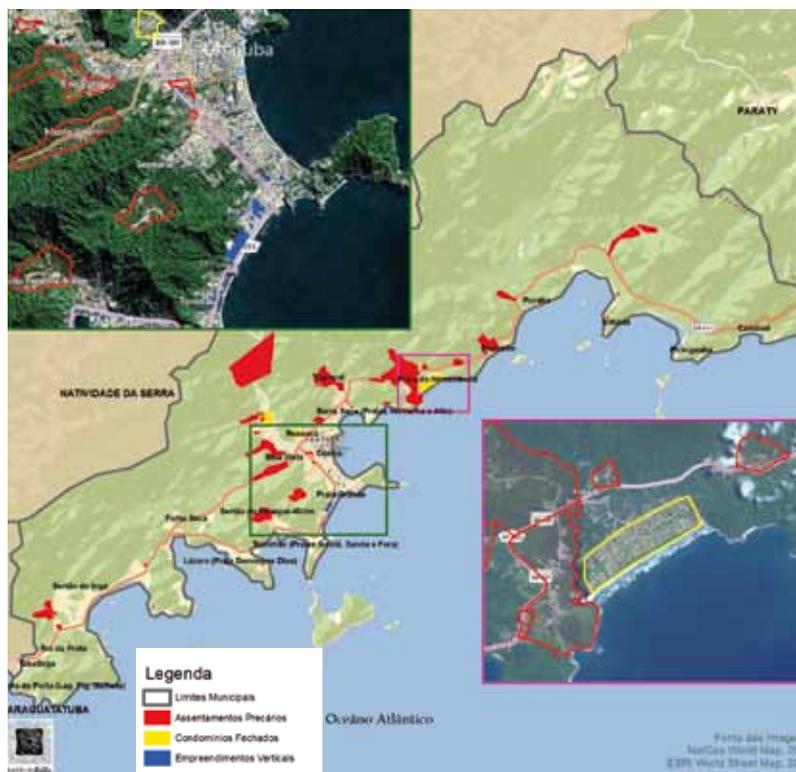
Como município de veraneio, dos cerca de 60 mil domicílios existentes em Ubatuba em 2010, 50% eram de uso ocasional, ocupados por uma população flutuante de 117 mil pessoas.

Domicílios	60 mil
População residente	41,8 %
Uso ocasional	50%

Loteamentos irregulares

Ubatuba é fortemente marcada pela segregação socioespacial, ocupações precárias e irregulares. A prefeitura identifica 64 núcleos de loteamentos irregulares, com 9.429 moradias (2012); 13 núcleos estão em processo de regularização fundiária. Parte desses assentamentos está localizada na região central do município, mais consolidada, outros estão próximos aos condomínios de alta renda, nos morros da cidade, junto às rodovias e ao Parque Estadual da Serra do Mar. Esses núcleos não se beneficiam de infraestrutura urbana— água, esgoto, pavimentação etc.

NÚCLEOS IRREGULARES E CONDOMÍNIOS FECHADOS



DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS IRREGULARES, EMPREENDIMENTOS VERTICAIS E LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS, 2012.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Ubatuba possui 87,04% de sua área recoberta por vegetação nativa e as unidades de conservação cobrem 68% de seu território, incluindo algumas ilhas. São elas o Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba, o Parque Estadual da Ilha Anchieta, o Parque Nacional da Serra da Bocaina, a APA Marinha Litoral Norte, a Estação Ecológica Tupinambás e RPPN Morro do Curussu Mirim.

O Núcleo Picinguaba vai do mar à montanha e sua vegetação engloba praticamente toda a variedade de ecossistemas da Mata Atlântica, incluindo a vegetação de restinga. Abriga uma expressiva população indígena na Reserva Indígena Boa Vista do Prumirim e de afrodescendentes em cinco quilombos, bem como de caiçaras em várias comunidades.

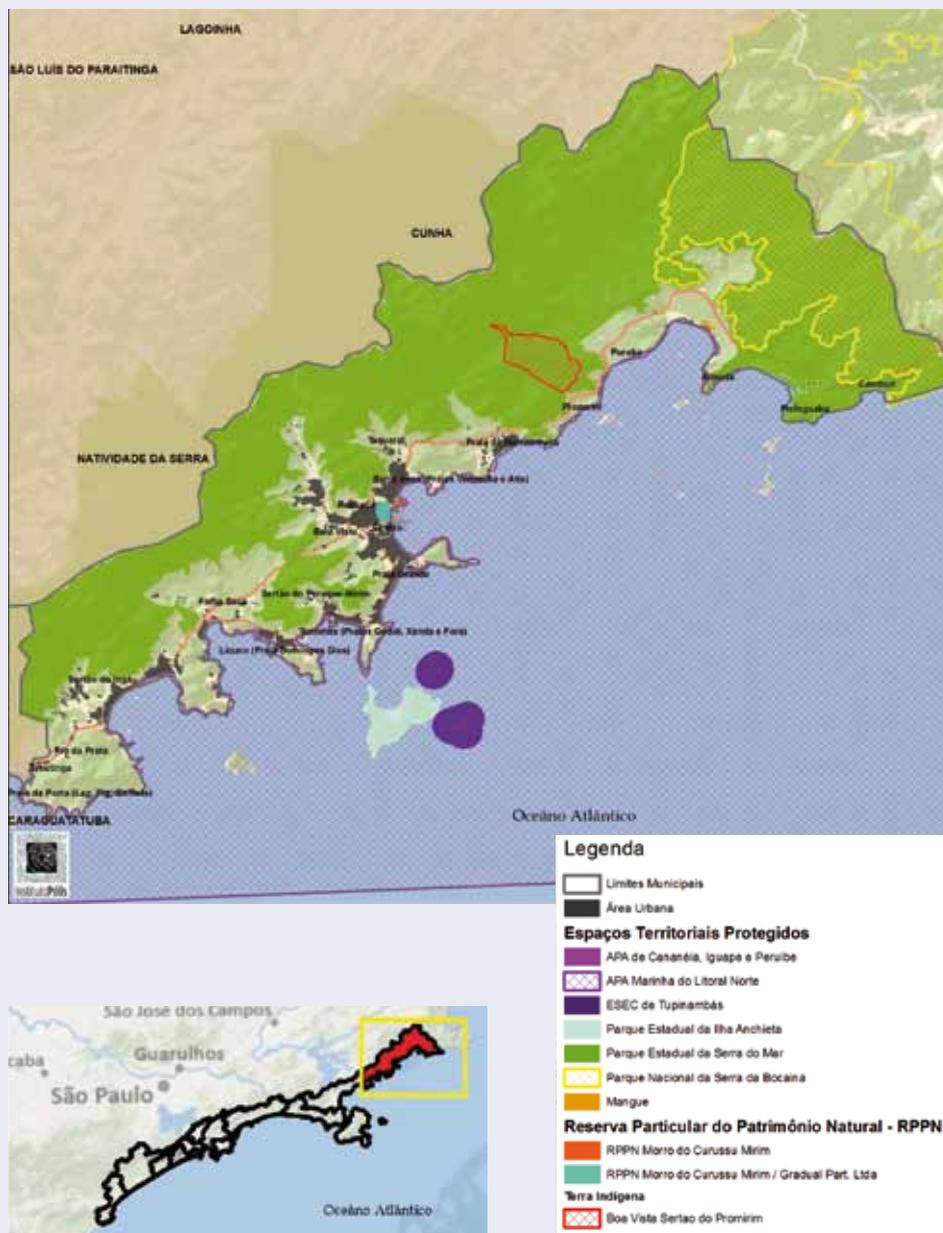
A legislação que cria o Parque Estadual da Serra do Mar proíbe a continuidade das atividades agrícolas praticadas por essas comunidades locais, quando o correto seria criar unidades de conservação de uso sustentável nessas áreas. Isso envolveria estimular o manejo sustentável da floresta, com a implantação de sistemas agroflorestais, de culturas em pequenas estufas, plantio e exploração dos frutos da palmeira juçara, entre outros, bem como o desenvolvimento de um turismo de base comunitária como alternativa de renda.

O Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA) avançou em sua gestão, com um plano de gestão ambiental que inclui o levantamento dos passivos ambientais, controle de visitação com base em estudos de capacidade de suporte, porém enfrenta superpopulação de algumas espécies animais como capivaras, macacos prego e quatis.

A APA Marinha Litoral Norte (APAMLN), de criação recente enfrenta o desafio de elaborar um plano de manejo e projetos para o desenvolvimento sustentável da pesca e maricultura, mas já avançou em regularizar a pesca de cerco flutuante, além de proibir a pesca de arrasto em parelhas.

As unidades de conservação sofrem a pressão das ocupações irregulares, especulação imobiliária, visitação desordenada, turismo predatório, falta de saneamento básico, caça ilegal e a extração de produtos florestais e minerais.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EXISTENTES



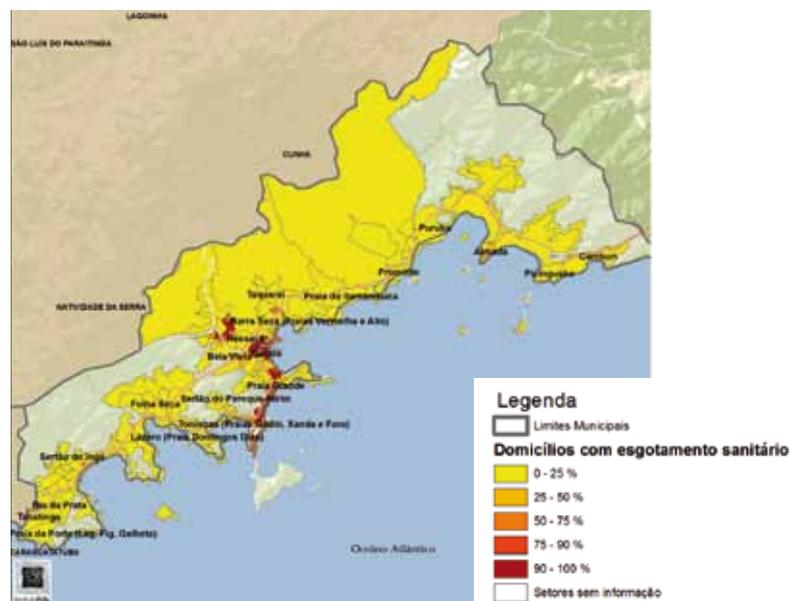
ACESSO DESIGUAL AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Oferta de infraestrutura concentra-se em áreas centrais já urbanizadas e com alto volume de domicílios de uso ocasional

A grande extensão do município, com acidentes geográficos, e a dinâmica imobiliária mais especulativa, voltada para a construção de segundas residências de veraneio estimularam uma ocupação fragmentada e desordenada do território, com uma distribuição socialmente desigual dos serviços e da infraestrutura urbana, apesar dos avanços recentes.

Água e saneamento

Com 25.101 domicílios de residentes fixos (IBGE-2010), a maioria, 73,3%, conta com abastecimento de água e 64,0% com esgotamento sanitário. Desse total, 44,35% tem banheiros conectados à rede coletora de esgoto ou de águas pluviais e 55,65% utilizavam fossas sépticas. Como em outros municípios, esses serviços se concentram nas regiões centrais urbanizadas, com alto volume de domicílios ocasionais.



Resíduos sólidos

O serviço municipal de coleta convencional atende a 97% da população, segundo a Prefeitura. Os 2.212 habitantes não atendidos geram em torno de 2, 2 toneladas de resíduos por dia, que são dispostas de forma inadequada. Os resíduos coletados seguem para um aterro em Tremembé. A prefeitura administra o passivo ambiental deixado pelo antigo lixão desativado em 2009. O gás metano é drenado, sem aproveitamento para geração de energia. A área foi revegetada e possui escoamento pluvial. Ubatuba destinou à gestão ambiental em 2010, cerca de 12 milhões, ou 7,31% do seu orçamento.

Saúde: leitos insuficientes

A rede de saúde de Ubatuba tem cerca de 30 unidades, entre postos e centros de saúde. Para internações, porém conta apenas com a Santa Casa, atualmente sob intervenção. O município dispõe de 1,2 leitos para cada mil habitantes, sendo 0,9 leitos pelo SUS – uma taxa insuficiente e que transfere 30% da demanda por internações para outros municípios. O município adota a Estratégia de Saúde da Família há mais de dez anos, de forma bem-sucedida.

Cultura: alternativas para povos tradicionais

Ubatuba conta com cinco quilombos, duas aldeias indígenas e diversas comunidades caiçaras – culturas tradicionais lutam pelo direito de manter suas culturas, enfrentando desafios como a regularização de terras, falta de instrumentos para geração de emprego e renda. A proibição de os quilombolas plantarem suas roças tradicionais, por exemplo, inviabiliza o funcionamento da centenária casa da farinha, por falta de mandioca para sua fabricação, prática que, para além de sua dimensão econômica, tem um significado simbólico e cultural importante para a comunidade.

Iniciativa exemplar em segurança alimentar

Ubatuba possui oito programas de Segurança Alimentar e Nutricional, com destaque para o Programa da Alimentação Escolar, que atende 15.414 alunos. Com um cardápio equilibrado, nas áreas indígenas inclui produtos de sua cultura alimentar. Flexível, o programa viabiliza a compra produtos da agricultura familiar, como a mandioca e a banana da região de Ubatumirim, e a polpa da juçara das comunidades tradicionais, projeto da ONG IPEMA.

REGULAMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO

Legislação do município contém avanços como a criação da Macrozona de Gestão Compartilhada dos Terrenos da União, mas pouco dispõe sobre ordenamento territorial

Ubatuba ainda não adaptou sua Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1984, ao novo Plano Diretor, o que resulta numa incerteza jurídica quanto aos dispositivos legais que estariam ou não em vigor. Assim, o adensamento e a verticalização construtiva no município ainda seguem parâmetros daquela legislação.

Contudo, a legislação de Ubatuba avança ao reconhecer a importância da gestão compartilhada do gerenciamento costeiro entre o poder público federal, estadual e municipal, especialmente para compatibilizar as diretrizes do Plano Diretor com o Zoneamento Econômico-Ecológico do Litoral Norte e o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Para isso, estabelece uma Macrozona de Gestão Compartilhada dos Terrenos da União e prevê uma Câmara Técnica do Conselho da Cidade para tratar da questão. Avança também o Plano Diretor, ao demarcar uma Macrozona de Gestão Compartilhada das Populações Tradicionais.

A legislação define áreas de expansão urbana e ainda determina que os parcelamentos urbanos em Zona Agrícola poderão ser considerados áreas urbanas, o que a valoriza os imóveis e leva ao parcelamento urbano sem a infraestrutura correspondente. O Plano Diretor institui diversos instrumentos de política urbana, dentre eles, o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV, importante nos casos de implantação de grandes empreendimentos de impacto urbano e socioambiental. No entanto, não define as áreas para aplicação dos instrumentos da política urbana, como determina o Estatuto da Cidade.

Regulação para culturas tradicionais

A Lei Orgânica de Ubatuba (LAU) e o Plano Diretor Municipal regulam grande parte dos princípios e diretrizes da política urbana do município. A LAU regula, por exemplo, a proteção a Aldeia Boa Vista, no Sertão

do Prumirim, e a proteção aos quilombos, garantindo assistência social e jurídica, demarcação de terras, bem como apoio ao resgate cultural e histórico. O Plano Diretor, por sua vez, efetiva a demarcação de um Macrozoneamento de Gestão Compartilhada das Populações Tradicionais.

CONTAS PÚBLICAS

O município de Ubatuba arrecadou R\$ 180 milhões, em 2010, correspondendo ao orçamento per capita de R\$ 2,3 mil. As Transferências Correntes (recursos da União e do Estado) entre outros, foram a principal fonte de arrecadação do município (48,5% do total). A Receita Tributária vem em seguida, com 32,2%.

Educação e saúde concentram gastos

As Despesas Correntes responderam por 91,6% do total de empenho do exercício. Os quatro principais gastos foram para as áreas da Educação, com R\$ 53,9 milhões (32,7%); Saúde, R\$ 33,5 milhões (20,3%); Urbanismo, R\$ 16,7 milhões (10,1%) e Administração, R\$ 14 milhões (8,5%), que, somadas, representaram 71,6% do total empenhado. Destaque para Gestão Ambiental que levou R\$ 12 milhões, ou 7,31% do total.

EVOLUÇÃO DOS EMPENHOS – 2010

	Em milhões R\$	% sobre total empenhado
Total empenhado	165,8	100,00
Educação	53,8	32,68
Saúde	33,4	20,31
Urbanismo	16,6	10,12
Administração	13,9	8,47
Gestão Ambiental	12,0	7,31

FONTE: FINBRA 2010 – STN - ELABORAÇÃO – ODILON GUEDES/JOSÉ AUGUSTO L. RIBEIRO